



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Exame escrito de História do Direito Português – Turma B - Recurso

21 de Junho de 2026

Responda, fundamentadamente, a quatro (4) das seguintes perguntas:

1. O conceito de justiça na Idade Média e a sua relevância na construção do Direito Português.

Dissertar sobre o conceito de Justiça e suas modalidades a partir de alguns autores como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Álvaro Pais; a influência em Portugal dessa concepção no ato de legislar e no ato de julgar.

2. O dever de aconselhar e o poder de legislar.

Caracterizar as Cortes. Dissertar sobre sua composição e suas atribuições. Exemplificar com algumas Cortes e as disposições nelas estabelecidas.

3. O que entende por ciência jurídica medieval e que importância teve?

Dissertar sobre o papel das universidades e do direito romano; as escolas jurisprudenciais e a metodologia por elas empregada; a *ars inveniendi* e seus elementos; o desenvolvimento do Direito Comum.

4. As tentativas de reforma da legislação vigente na segunda metade do século XVIII.

Caracterizar o projeto de Novo Código de D. Maria I. Dissertar sobre as tentativas elaboradas por Pascoal José de Mello Freire; o eventual fracasso das reformas e suas razões.

5. A codificação penal oitocentista.

Dissertar sobre as características do movimento codificador e das codificações oitocentistas; a caracterização e a influência do Humanitarismo apontando alguns dos seus autores; o papel do princípio da legalidade; as codificações penais de 1852 e de 1886.

II.

Desenvolva a seguinte temática:

Nas Ordenações do Reino sempre se verificou uma sobrevalorização do direito subsidiário.

Dissertar sobre as fontes de direito subsidiário nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas considerando também o papel da legislação régia neste decurso; as alterações no âmbito do direito subsidiário introduzidas nas Ordenações Manuelinas, nas Filipinas e na lei de 18 de agosto de 1769 e as consequências que estas tiveram na prática jurídica portuguesa.

Duração: 90 minutos

Cotações: I (2,5 valores/cada); II (10 valores).